

AUDIÊNCIA RESTRITA 2010

Cédula de votação para as companhias
listadas no Nível 2 de Governança Corporativa

Razão Social: Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.

Diretor de Relações com Investidores: Armando d'Almeida Neto

Orientações:

- Os tópicos deverão ser votados por itens, sendo que alguns estão agrupados em blocos para evitar eventuais inconsistências no Regulamento de Listagem.
- O voto em duas alternativas (a favor e contra) do mesmo bloco implica na anulação do mesmo.
- O prazo final para manifestação é **08 de setembro** de 2010 (sexta-feira) as 18h30.
- E-mail para envio de manifestações: audiencia restritaN2@bvmf.com.br
- Website da Audiência Restrita: www.bmfbovespa.com.br/empresas
- Para informações adicionais: (11) 2565-7360 ou 7341.

Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
1.1 – Objeto	Item 1.1 (objeto): regulamento de listagem aplicável a todos os acionistas Item 11.4: inserção de “demais acionistas” decorrente da aplicação do regulamento de listagem a todos os acionistas Item 15.1 (não responsabilização para BM&FBOVESPA): inclusão de todos os acionistas e Comitê de Auditoria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Acionista Controlador” Exclusão da definição de “Controle Difuso” Inclusão da definição de “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum. Alteração na definição “Poder de Controle” Item 5.6.1: alteração do termo “Controle Difuso” Item 11.7: alteração do termo “Controle Difuso” Item 12.7: alteração do termo “Controle Difuso”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Calendário Anual”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Cláusula Compromissória”, incluindo Comitê de Auditoria	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Substituição de “Comprador” por “Adquirente” Itens 8.3, 8.5, 11.5, 11.5.1 e 11.5.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração no nome e na definição de “Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Inclusão da definição de “Regulamento de Sanções” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Administradores” e alteração do nome do segmento para “Nível 2 de Governança Corporativa” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Controladores” e alteração do nome do segmento para “Nível 2 de Governança Corporativa” Item 11.4: inserção do Regulamento de Sanções na Seção que trata da Saída do Nível 2 e alteração do nome do segmento para “Nível 2 de Governança Corporativa”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1 – Autorização para Negociação de Valores Mobiliários	Itens (i) a (viii): condições mínimas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
3.1.1 – Vedação à limitação de voto	Item 3.1.1: vedação à limitação de voto em percentuais inferiores a 5% Item 4.1(i): inclusão da exigência de que as companhias listadas no Nível 2 observe a exigência de que trata o item 3.1.1 Item 14.5.(i): prazo de 3 (três) anos para adaptação de percentuais inferiores a 5%	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(i) – Vedação ao estabelecimento de quorum qualificado	Item 3.1.2.(i): vedação ao estabelecimento de quorum qualificado Item 4.1.(i): inclusão da exigência de que as companhias listadas no Nível 2 observe a exigência de que trata o item 3.1.2.(i) Item 14.5 (ii): possibilidade de manutenção de quoruns qualificados já previstos nos estatutos sociais das companhias listadas no Nível 2; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão dos quoruns qualificados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(ii) – Vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas	Item 3.1.2.(ii): vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas Item 4.1(i): inclusão da exigência de que as companhias listadas no Nível 2 observe a exigência de que trata o item 3.1.2.(ii) Item 14.5 (ii): possibilidade de manutenção de cláusulas que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão das referidas cláusulas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2 – Pedido de autorização para negociação no NM	Itens (i) a (xiv): aprimoramento e uniformização de redação, adequação da redação à atual denominação da BM&FBOVESPA, “renumeração” de anexos, compatibilização com instrução da CVM e formalização de práticas usuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.4.1 – Exceções à vedação à negociação (<i>lock up</i>)	Inclusão dos itens (iv) e (v) para explicitar situações adicionais que já foram consideradas exceções pela Bolsa (formalização de práticas usuais)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3 – Composição do Conselho de Administração	Item 4.1(ii): inclusão da exigência de que as companhias listadas no Nível 2 observe a exigência de que trata o item 5.3 Item 5.3: aumento do percentual de Conselheiros Independentes de 20% para 30% Item 14.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação aos 30% de independentes para as companhias já listadas no Nível 2	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5.4 – Vedação à acumulação de cargos	Item 4.1(ii): inclusão da exigência de que as companhias listadas no Nível 2 observe a exigência de que trata o item 5.4 Item 5.4: vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo Item 5.4.1: prazo de 3 (três) anos para adaptação das novas companhias que vierem a ingressar no Nível 2 Item 5.4.2: possibilidade do Diretor Presidente da BM&FBOVESPA, conceder período adicional para adaptação a vedação à acumulação Item 5.4.3: no caso de concessão de prazo para adaptação, divulgação dessa informação na página da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores Item 14.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação ao item 4.4 para as companhias já listadas no Nível 2	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
5.5 – Divulgação de cargos	Item 5.5: membros do conselho de administração deverão informar os cargos que ocupam em outras sociedades ou entidades Item 5.5.1: prazo para envio das informações do item 5.5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.7 e 5.12 – Prazo para envio de Termos de Anuência	Item 5.7: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Administradores na BM&FBOVESPA, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos. Item 5.12: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal na BM&FBOVESPA, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.8 – Comitê de Auditoria	Inclusão da definição de “Termo de Anuência dos Membros do Comitê de Auditoria” Item 4.1(ii): inclusão da exigência de que as companhias listadas no Nível 2 observe a exigência de que trata o item 5.8 Item 5.8: obrigatoriedade de comitê de auditoria Item 5.8.1: competências do comitê de auditoria Item 5.8.2: deveres e responsabilidades do comitê de auditoria Item 5.8.3: termo de anuência dos membros do comitê de auditoria Item 14.5 (i): prazo de 3 (três) anos para constituição do comitê de auditoria para as companhias já listadas no Nível 2	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5.9 – Manifestação do Conselho de Administração	Item 5.9: manifestação do conselho de administração sobre qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, com inclusão da redação “(...) alertando que é responsabilidade de cada acionista a decisão final acerca da aceitação, ou não, da referida oferta.” Item 5.9.1: prazo para manifestação do conselho de administração sobre ofertas públicas de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3 – Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais	Item 6.3: nota explicativa sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6 – Alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual	Item 6.6: alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual e retirada do mesmo como Anexo ao Regulamento de Listagem do Nível 2 Item 6.6.1: alterações subsequentes em relação aos eventos constantes do Calendário Anual Item 6.6.2: prazo para apresentação do Calendário Anual aplicável às companhias que se listam no Nível 2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.8 – Política de Negociação de Valores Mobiliários	Item 6.8: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.9 – Código de Conduta	Item 6.9: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de código de conduta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
7.2 – Prospectos e Formulário de Referência	Item 7.2.2: regras aplicáveis aos prospectos também serão aplicáveis aos formulários de referência quando da realização de ofertas públicas de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.1.2 – Tag along para ações preferenciais	Item 8.1.2: previsão de 100% de tag along para ações preferenciais Item 14.5.(iii): possibilidade de manutenção do tag along de 80% para as companhias listadas no Nível 2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 – Aquisição de Controle por meio de Diversas Operações	Item 8.2: aquisição de controle por meio de diversas operações Item 8.2 (ii): alteração do procedimento de identificação dos acionistas vendedores, nos últimos 6 (seis) meses, para efeitos de recebimento da diferença eventualmente devida	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 – Termo de Anuência de Controladores	Item 8.3: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA do Termo de Anuência dos Controladores Item 8.3.1: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA do Termo de Anuência dos Controladores como condição para registrar acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 – Recomposicao do Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Alienação de Controle	Item 8.5: aprimoramento de redação visando a tornar mais preciso a partir de quando serão contados os 6 (seis) meses, isto é, após uma operação de Alienação de Controle e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.1 – Dever de Informar do Acionista Controlador e Pessoas Vinculadas	Item 9.1: dever de informar do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 9.1.1: dever de informar qualquer modificação que houver na titularidade de valores mobiliários do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 9.1.3: prazo para o envio da referida informação Item 9.2: aprimoramento de redação sobre a divulgação da referida informação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.1 – Saída do Nível 2	Item 11.2.2: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Nível 2 no caso de não haver Acionista Controlador Item 11.3.2: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Nível 2 decorrente de reorganização societária no caso de não haver Acionista Controlador Item 12.5.2: obrigações decorrentes de descumprimento de regras do Nível 2 no caso de não haver Acionista Controlador Item 12.5.2.1: complemento do item anterior	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.3 – Saída do Nível 2 em razão de reorganização societária	Itens 11.3 e 11.3.1: inserção de prazo, compatível com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, para que os valores mobiliários de emissão da companhia resultante da reorganização sejam admitidos à negociação no Nível 2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
12.1 – Sanções	Item 12.1: aprimoramento de redação para abranger companhias que não contem com acionista controlador Item 12.1.1: companhia e responsáveis estão sujeitos ao Regulamento de Sanções Item 12.4: aprimoramento de redação relativa às sanções não pecuniárias abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 12.4.1: aprimoramento de redação relativa a descumprimento de obrigações abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 12.4.4: consequências da suspensão abrangendo companhias que não contem com acionista controlador e ajuste da denominação do Regulamento de Sanções	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.1 – Arbitragem	Item 13.1: inclusão dos demais acionistas da Companhia e inserção do Regulamento de Sanções e Comitê de Auditoria Item 13.2: informação sobre a existência e a vinculação da Companhia à Cláusula Compromissória de arbitragem deverá constar da página da Companhia na rede mundial de computadores	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.2 – Modificações no Regulamento	Item 14.2.1: convocação da Audiência Restrita Item 14.2.3: manifestação na Audiência Restrita	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.4 – Casos omissos – situações não previstas ou excepcionais	Item 14.4: inserção de situações excepcionais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 2010

À

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, 275, 6º andar

CEP 01013-001, São Paulo, SP

Diretoria de Relações com Empresas

Assunto: Audiência Restrita para Revisão do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa – BM&FBOVESPA

Prezados Senhores,

Servimo-nos da presente para encaminhar a cédula de votação relativa à audiência restrita para revisão do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa, refletindo o posicionamento da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. (a “Companhia”), bem como apresentar nossos esclarecimentos complementares às manifestações de voto contrárias às propostas constantes da referida cédula de votação.

Item 5.3 - Composição do Conselho de Administração - A posição da Companhia é que eventual aumento na quantidade de membros independentes acima dos 20% atualmente exigidos deve ser voluntária.

Item 5.4. - Vedação ao acúmulo de cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente - A experiência da Companhia demonstra ser extremamente positivo e produtivo o acúmulo de tais cargos, pelo que se posiciona no sentido de que a referida faculdade não seja vedada.

Item 5.8. - Obrigatoriedade de constituição de um Comitê de Auditoria - Tendo em vista (i) que a instalação de Conselho Fiscal é faculdade atribuída aos acionistas minoritários nas companhias abertas, e (ii) que existe superposição de determinadas atribuições do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, entendemos que a obrigatoriedade de instalação do Comitê de Auditoria, sem que possa ser substituído pelo Conselho Fiscal, quando instalado, acarretará em desperdício de custos e sobreposição de funções.

No que se refere aos demais itens não correlatos aos supra mencionados, informamos que a Companhia está de acordo com as propostas formuladas pela BM&FBOVESPA, à qual parabeniza pela iniciativa de revisão do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.